

MAPEAMENTO DOS ESTRATOS SOCIAIS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA*

SOCIAL STRATA MAPPING: LITERATURE REVIEW AND PROPOSAL FOR DEFINING THE BRAZILIAN MIDDLE CLASS

Leonardo Di Franco Petri**

Sergio Marley Modesto Monteiro***

RESUMO

O seguinte artigo aborda a análise das características de definição das classes sociais dando enfoque no estrato da classe média. A pesquisa inicia com uma revisão bibliográfica abrangente de estudos anteriores relacionados ao tema e suas aplicações no contexto brasileiro, visando compreender as diversas perspectivas e critérios adotados para classificar esse estrato social. Após a revisão bibliográfica, propõe-se uma definição da classe média brasileira, baseada em estudos prévios e no Critério de Classificação Econômica Brasil. Essa proposta visa superar as limitações e inconsistências identificadas nos métodos de estratificação social que se abstêm de perspectiva sociológica, e que dão enfoque apenas à renda dos indivíduos. A pesquisa destaca a importância de uma definição clara e precisa da classe média, visto que a falta de consenso em relação a critérios e delimitações pode dificultar o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e direcionadas. Ao final, o artigo conclui apresentando a proposta de definição da classe média brasileira, considerando variáveis como ocupação, educação, acesso a serviços básicos e posse de bens. A pesquisa procura servir como base para futuros estudos de mensuração da classe média e formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e econômico do país.

Palavras-chave: classe média, definição, estratificação social, políticas públicas.

ABSTRACT

The following article addresses the analysis of defining characteristics of social classes, focusing on the middle-class stratum. The research begins with a comprehensive literature review of previous studies related to the topic and their applications in the Brazilian context, aiming to understand the various perspectives and criteria used to classify this social stratum. After the literature review, a definition of the Brazilian middle class is proposed, based on previous studies and the Brazil Economic Classification Criteria. This proposal seeks to overcome the limitations and inconsistencies identified in social stratification methods that lack a sociological perspective, as they only focus on individuals' income. The research highlights the importance of a clear and precise definition of the middle class since the lack of consensus regarding criteria and boundaries can hinder the development of more

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2023, ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (leo28688@gmail.com).

***Orientador. Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. (sergio.monteiro@ufrgs.br).

efficient and targeted public policies. In conclusion, the article presents the proposed definition of the Brazilian middle class, considering variables such as occupation, education, access to basic services, and ownership of assets. The research aims to serve as a foundation for future studies measuring the middle class and formulating public policies geared towards the social and economic development of the country.

Keywords: middle class, definition, social stratification, public policies.

1 INTRODUÇÃO

A análise das classes sociais é um tema central no campo das ciências sociais em geral. Dentre as várias estratificações existentes, o estrato da classe média tem sido objeto de interesse e investigação devido ao seu papel significativo na estrutura social e econômica de um país (Neri, 2011). Este artigo tem como objetivo aprofundar a compreensão das características de definição da classe média brasileira, buscando superar as limitações e inconsistências encontradas em estudos anteriores que se baseiam unicamente na renda dos indivíduos.

A questão problema que norteia este estudo é: qual é a classe média brasileira? Para respondê-la é crucial compreender como essa classe social é definida, uma vez que a falta de consenso sobre seus limites e critérios pode dificultar o desenvolvimento de políticas públicas eficientes e direcionadas, voltadas para o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico do país (Santos, 2005).

O objetivo geral deste estudo é propor uma definição clara e precisa da classe média brasileira, levando em consideração aspectos socioeconômicos relevantes, como ocupação, educação, acesso a serviços básicos e posse de bens. Tal objetivo será alcançado a partir da revisão da literatura sociológica do mapeamento dos estratos sociais das obras de Erik Olin Wright (1985; 1997) e John Goldthorpe (2007), assim como suas aplicações empíricas ao caso brasileiro (Santos, 2002; 2015; Scalon, 1999; Ribeiro, 2007).

A relevância deste estudo reside na importância da classe média para a estrutura social e econômica do Brasil. Compreender suas características de definição é fundamental para uma melhor compreensão da dinâmica social, bem como para a elaboração de estratégias políticas que promovam a inclusão e o desenvolvimento equitativo da sociedade. Além disso, a carência de uma definição precisa pode levar a abordagens superficiais e à adoção de políticas públicas pouco eficazes ou até mesmo prejudiciais.

A contribuição deste estudo está na proposição de uma definição abrangente e fundamentada da classe média brasileira. Ao incorporar elementos além da renda, como ocupação, educação, acesso a serviços básicos e posse de bens, espera-se fornecer uma base sólida para futuras pesquisas sobre a classe média e sua mensuração, assim como orientar a formulação de políticas públicas mais direcionadas e efetivas.

2 TIPOLOGIAS DE CLASSES SOCIAIS: UMA REVISÃO SOBRE O MAPEAMENTO DOS ESTRATOS SOCIAIS E A DINÂMICA DA CLASSE MÉDIA

O conceito de classe social é amplamente empregado no âmbito das ciências sociais, entretanto, esta noção carece de definição consistente nas teorias de estratificação social (Evans; Mills, 1998; Pompeu, *et al*, 2020). Percebe-se, ao explorar

a literatura, fatores constantes para a definição deste conceito, podendo-se inferir que as classes sociais são grupos de pessoas que compartilham características socioeconômicas similares, como ocupação, renda, educação, mobilidade social, habitação e acesso a serviços de saúde (Chan; Goldthorpe, 2007; Grohmann, 2013; Mazzon, Kamakura, 2016; Poulantzas, 1973; Wright, 1998).

São cinco as perspectivas teóricas fundamentais na análise da estrutura de classes: a perspectiva neomarxista, neweberiana, neodurkheimiana, bourdieuana e pós-classista (Pompeu, *et al*, 2020). Entretanto, serão abordadas neste artigo apenas as tipologias de estruturas de classe neomarxista e neweberianas¹, particularmente as obras de Erik Olin Wright e John Harry Goldthorpe, respectivamente, pois como apontado por Scalón (1998) e Santos (2005), ambos autores direcionaram seus trabalhos para uma orientação empírica dos estudos de estratificação social voltados para a análise de levantamentos de dados amostrais.

Começando pela abordagem neomarxista, o materialismo histórico é uma teoria que analisa a história como um processo impulsionado principalmente pelas relações de produção e pela luta de classes. Segundo Marx (2019), as condições materiais de uma sociedade, como a forma como os bens são produzidos e distribuídos, moldam as relações sociais e determinam a estrutura política e cultural. O conflito de classes é uma parte central dessa teoria, com Marx argumentando que a história é marcada pela luta entre a classe dominante, burguesia, que controla os meios de produção, e a classe trabalhadora, o proletariado, que vende sua força de trabalho (Marx, 2019).

Na obra de Marx (2019), a relação entre a burguesia e o proletariado é vista como uma relação de exploração inerente ao sistema capitalista. Marx argumenta que a burguesia, detentora dos meios de produção, utiliza o proletariado como mera fonte de mão de obra, objetivando a extração de mais-valia, ou seja, a apropriação dos lucros gerados pelo trabalho dos operários. Essa exploração ocorre devido à propriedade privada dos meios de produção, que confere à burguesia o poder de controlar e direcionar a produção em benefício próprio, enquanto o proletariado é submetido a condições de trabalho precárias, salários insuficientes e falta de autonomia. Assim, existiria uma relação de “interdependência antagônica de interesses materiais” entre as classes sociais (Wright, 1997, p. 10) sendo o conforto de uma classe dependente da privação de outra (Wright, 1985).

A perspectiva neomarxista² de análise da estrutura social de Erik Olin Wright reatualiza a abordagem marxista das classes sociais nas modernas sociedades capitalistas; o autor reconhece que a visão tradicional de apenas duas classes é insuficiente para compreender a complexidade das relações sociais contemporâneas (Wright, 1985). Wright (1998) propõe uma abordagem mais refinada, sendo as classes posições dentro das relações sociais de produção a partir das relações de exploração presentes na teoria marxista. Para ele, a exploração refere-se à relação entre as classes em termos de controle dos meios de produção e distribuição de riqueza, enquanto a dominação está relacionada ao poder exercido pelas classes dominantes sobre as classes subordinadas no âmbito político e social. Essa perspectiva elaborada por Wright (1997) se encontra resumidamente na figura 1.

¹ Para mais informações sobre as diferentes abordagens sobre tipologias de classe ver “Tipologias de estrutura de classe no Brasil: Discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas” (Pompeu, *et al*, 2020) e “*Approaches to class analysis*” (Wright, 2005).

² Diferente da perspectiva marxista, que possui como objetivo final a superação do sistema capitalista, a abordagem neomarxista aqui apresentada tem como objetivo a reforma do sistema atual.

Figura 1- Tipologia básica de classe na sociedade capitalista



Fonte: Wright (1997, p. 24, tradução própria).

Além do mapeamento dos estratos básicos, Wright também expande a avaliação empírica das diferentes circunstâncias de estrato social. O autor desenvolve uma classificação de estratos sociais contendo doze posições distintas - três delas ocupadas por proprietários dos meios de produção e nove ocupadas por não proprietários -, que abrangem desde a classe burguesa, que controla os meios de produção, em um extremo, até os trabalhadores não qualificados. Ao ocuparem posições semelhantes, essas categorias possuiriam interesses econômicos idênticos (Wright, 1985; 1997). O que faz a tipologia de classes de Wright ser funcional para análises empíricas é o fato de o autor dar importância à possibilidade de que “as qualificações profissionais das distintas classes podem assegurar rendas diferenciadas para os seus ocupantes” (Pompeu, *et al*, 2020, p. 17). A figura 2 apresenta a tipologia mais completa.

Figura 2- Tipologia de classe mais complexa na sociedade capitalista



Fonte: Wright (1997, p. 25, tradução própria)

Já a perspectiva neoweberiana, baseada na análise de Max Weber, não possui uma teoria explícita de classe social. Entretanto, em sua obra “Economia e Sociedade”

(Weber, 2009), o autor, relata que há três formas de estratificação da sociedade: a social, a econômica e pelo poder. Essas formas de estratificação são distintas, mas inter-relacionadas, e desempenham um papel fundamental na compreensão das desigualdades sociais.

A estratificação social, também conhecida como estratificação de *status*, refere-se à divisão da sociedade em diferentes camadas ou estratos com base no prestígio social, honra e estilo de vida. Weber (2009) argumentou que o status social é determinado por diversos fatores, como ocupação, educação, origem étnica, religião e outros atributos valorizados pela sociedade. Os diferentes estratos sociais têm acesso a recursos, privilégios e oportunidades distintas e sua superioridade não está relacionada a qualidades pessoais de seus detentores, mas à honra social ligada às posições que eles ocupam (Chan; Goldthorpe, 2007).

A estratificação econômica se refere à divisão da sociedade com base na posse de recursos econômicos, como propriedades, renda e riqueza (Weber, 2009). As classes sociais têm diferentes graus de acesso aos recursos econômicos e ao poder econômico. Os donos dos meios de produção, por exemplo, exercem uma influência considerável sobre a economia e a sociedade em geral. Já os trabalhadores assalariados geralmente têm menos controle sobre os meios de produção e dependem de seus empregadores para obter renda. Entretanto, ao contrário de Marx (2019), Weber (2009) não considera adequado falar em exploração, mas sim dominação racional-legal de uma classe sobre a outra.

Já a terceira categoria refere-se à estratificação pelo poder, que diz respeito à divisão da sociedade em grupos ou indivíduos com base no poder político e na capacidade de influenciar as decisões e ações coletivas. Usualmente, essa luta pelo poder ocorre por meio dos partidos políticos que têm a capacidade de influenciar leis, políticas públicas e tomar decisões que afetam a sociedade como um todo.

No contexto da perspectiva neoweberiana, é possível observar que Goldthorpe (2007) compartilha da visão de Wright (1997) ao considerar a classe social como resultado da posição ocupacional no mercado de trabalho. Esta tipologia de estrutura de classe, mais conhecida na literatura como esquema EGP (Erikson; Goldthorpe; Portocarero, 1979), é fundamentada em uma abordagem do conflito inerente às relações de trabalho. Um elemento crucial na formulação deste esquema é a distinção entre a natureza das relações de emprego, que se refere ao tipo de regulamentação adotada, ou seja, se elas são baseadas em relações de serviço ou trabalho assalariado (Goldthorpe, 2007).

Os contratos de trabalho seriam caracterizados pela existência de poucos desafios de supervisão, estando relacionados a tarefas bem definidas e apresentando poucos problemas de monitoramento, uma vez que o trabalho do empregado pode ser, em princípio, inspecionado. O *wage-labour* seria marcado pela menor estabilidade no emprego e as menores oportunidades de mobilidade econômica, enquanto o contrato de serviço (*service*) possuiria maiores chances de mobilidade social, como promoções, segurança e estabilidade (Erikson; Goldthorpe, 1992). Nos contratos de serviço, as tarefas geralmente estão relacionadas ao exercício de autoridade delegada, exigindo conhecimentos específicos e experiência para desempenhá-las (Carvalhoes, 2015).

Além da distinção por regulação do contrato de trabalho, há uma distinção sobre o status de trabalho em si, Goldthorpe (2007) identifica três categorias distintas de status: empregadores, aqueles que possuem os meios de produção e empregam outros indivíduos para realizar o trabalho, os autoempregados, aqueles que trabalham de forma autônoma, sem subordinação direta a um empregador, e os empregados,

que são aqueles que trabalham para outros, sujeitos à subordinação e controle. Em suma, esta tipologia aborda as classes sociais com base nas chances típicas de mobilidade social semelhantes que os indivíduos possuem devido a similaridades em suas condições de ocupação.

Assim, na década de 1980, ocorreu o projeto *Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations*, liderado por Goldthorpe, com foco na análise comparativa da mobilidade social em nações industrializadas. Esse projeto resultou na elaboração de um mapa de classes sociais, com abordagem semelhante ao esquema marxista de estratificação social. Denominado "esquema Casmin" e originado a partir da tipologia EGP, esse mapa foi criado para fazer distinções em relação à propriedade, à qualificação (ligada à autoridade) e ao trabalho manual, além de diferenciar os setores urbanos e rurais, buscando estabelecer uma representação visual das distintas posições ocupadas pelos indivíduos dentro da sociedade industrial da época (Ribeiro, 2014). A tipologia de classes de Goldthorpe e sua relação com a forma de ocupação podem ser visualizadas na figura 3.

Figura 3 - Categorias do esquema de classe e suas formas de regulação de emprego

Classes		Formas de regulação do emprego
I	Profissionais e gerentes, alto padrão	Relação de serviço
II	Profissionais e gerentes, padrão menor; técnicos, padrão alto	Relação de serviço (modificada)
IIIa	Empregados não manuais de rotina, padrão alto	Regulação mista
IIIb	Empregados não manuais de rotina, padrão baixo.	Contrato de trabalho (modificado).
IVabc	Pequenos proprietários, empregadores e trabalhadores autoempregados	-
V	Técnicos, Supervisores de baixo padrão de empregados manuais.	Regulação mista
VI	Trabalhadores qualificados manuais.	Contrato de trabalho (modificado)
VIIa	Trabalhadores manuais sem qualificação (excluindo trabalhadores agrícolas)	Contrato de trabalho
VIIb	Trabalhadores agrícolas.	Contrato de trabalho

Fonte: Goldthorpe (2007, p. 104, tradução própria).

Como pode-se perceber, as camadas superiores são caracterizadas pelas relações de serviço que, segundo Goldthorpe (2007), possuem maior capacidade de mobilidade social. Os indivíduos com este tipo de contrato possuem conhecimentos e habilidades que são altamente valorizados pelos empregadores, sendo oferecidos planos de carreira e para que eles enxerguem os interesses da empresa como sendo seus próprios. Já nas camadas inferiores, prevalecem os contratos de trabalho, com empregos inflexíveis que são facilmente substituíveis (Erikson; Goldthorpe, 1992).

Diferentes estudos na área da literatura têm observado uma proximidade considerável entre os esquemas de classe neomarxistas, propostos por Wright, e os esquemas neoweberianos, de John Goldthorpe apresentados aqui (Santos, 2002; 2005; Scalon, 1998; Ribeiro, 2007). Segundo Santos (2005, p.32),

Tanto o esquema de classe de John Goldthorpe como o esquema de Erik Olin Wright contemplam a importância da propriedade, do poder gerencial e da perícia. Ambos os autores consideram a relação capital-trabalho definidora do eixo principal das relações de classe no capitalismo.

Entretanto, enquanto o modelo neomarxista apresenta enfoque na noção de exploração, o modelo de Goldthorpe dá mais valor à questão de mobilidade social.

Já se tratando mais especificamente da classe média, ambos autores reconhecem sua existência, porém com perspectivas distintas. Na perspectiva de Wright (1998), a classe média é uma categoria de classe distinta tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora, possuindo características de ambos os estratos. Ele argumenta que a classe média é composta por pequenos empresários e profissionais que possuem alguma independência econômica, mas que ainda dependem da classe capitalista para sua subsistência. O autor vê a classe média como estando em uma posição precária na estrutura de classe, pois está sujeita às mesmas pressões econômicas e políticas que a classe trabalhadora, mas carece do poder coletivo e da solidariedade da mesma.

Na perspectiva de Goldthorpe (2000), por outro lado, a classe média é vista como uma categoria estrutural de classe definida por sua posição relativa na distribuição de recursos econômicos e sociais. Ele argumenta que a classe média é composta por indivíduos e famílias que possuem uma fonte de renda relativamente estável e segura e que ocupam posições intermediárias na estrutura ocupacional, como gerentes, profissionais liberais e trabalhadores de colarinho branco. Goldthorpe (2000) enfatiza que a classe média é caracterizada por um conjunto de valores e experiências culturais e políticas compartilhadas, e argumenta que esses valores e experiências desempenham um papel importante na formação das estruturas sociais e políticas da sociedade.

Mills (2002), em seu estudo realizado para identificar as mudanças na composição da estratificação social norte americana, acaba por trazer uma definição para a classe média que corrobora a de Wright e Goldthorpe. O sociólogo observa a diminuição da classe média composta por pequenos proprietários e o crescimento da classe média composta pelos *white-collar workers*, que são os gerentes, supervisores, administradores, vendedores, trabalhadores de escritório, técnicos, ou seja, trabalhadores da *service class*, como designado por Goldthorpe (2000), e dependentes ainda da classe capitalista para sua subsistência visto que não possuem meios de produção, como apontado por Wright (1998).

Em conclusão, a presente seção proporcionou uma compreensão das tipologias de classes propostas por Erik Olin Wright (1997) e John Goldthorpe (2007), e suas visões em relação à classe média. Com base nessa fundamentação teórica, a próxima seção do trabalho buscará investigar as adaptações destas tipologias ao contexto brasileiro, e assim, observar a pertinência e eficácia desses esquemas de classe em nossa sociedade. Além disso, trataremos de analisar o caso da “ascensão” de uma nova classe média no Brasil na primeira década do novo milênio, como apresentado pela análise de classes de Marcelo Neri (2011).

3 TIPOLOGIAS DE CLASSES SOCIAIS: APLICAÇÕES EMPÍRICAS NO BRASIL E A ASCENSÃO DA “CLASSE MÉDIA” DOS ANOS 2000

Existe uma variedade de esquemas de estrutura de classes utilizados pelas ciências sociais no Brasil (Medeiros, 2005; Quadros; 2008; Souza, 2018). Entretanto,

como apresentado na seção anterior, serão abordados os esquemas neomarxista de Erik Olin Wright, adaptado à sociedade brasileira por Santos (2002), e o esquema neoweberiano de John Goldthorpe, adaptado por Ribeiro (2007) e por Scalón (1999).

Santos (2002) elaborou um mapa de classes com base na teoria e metodologia neomarxista, utilizando como base o modelo elaborado por Wright (1985) para estabelecer um mapa das posições sociais no Brasil, a partir dos dados disponibilizados nas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) - IBGE.

O resultado desse trabalho está presente em sua tese de doutorado, que posteriormente foi transformada em um livro (Santos 2002). Nessa obra, o autor propõe uma classificação socioeconômica com treze posições de classe, fundamentada em categorias empíricas e critérios operacionais. No entanto, em um trabalho posterior, Santos (2015) propôs um novo esquema de classe com quatorze posições, realizando uma atualização do modelo anterior que pode ser observada na figura 4.

Figura 4 - Distribuição entre diferentes classes no Brasil em percentual da população – (1992-2011)

Categoria de classe	1992	1995	2001	2002	2006	2011
Capitalista	0,54	0,6	0,66	0,58	0,68	0,58
Especialista autônomo	0,58	0,8	0,96	1,13	1,18	1,26
Gerente	2,25	2,46	2,67	2,79	2,75	2,47
Empregado especialista	2,52	2,51	3	3,57	4,13	5,07
Pequeno empregador	3,74	3,85	3,94	4	4,08	2,93
Autônomo com ativos	6,78	7,36	7,5	7,46	6,95	7,22
Autônomo agrícola	5,31	5,31	4,25	4,26	3,59	3,13
Empregado qualificado	3,95	3,98	4,38	7,33	7,58	7,72
Supervisor	1,68	1,37	1,22	1,78	1,58	1,43
Trabalhador típico	37	36,26	37,77	33,98	35,43	39,46
Trabalhador elementar	14,24	13,21	11,82	11,76	11,45	10,01
Autônomo precário	10,46	11,14	10,99	10,78	10,43	9,55
Empregado doméstico	7,97	8,75	8,9	8,74	8,57	7,78
Agrícola precário	2,98	2,39	1,95	1,83	1,6	1,39
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Santos (2015, p. 754)

Em sua abordagem, Santos (2015) enfatiza a importância das relações de propriedade e autoridade ao analisar as categorias de classe social. O autor realiza modificações ao modelo de Wright (1985), adicionando a categoria de empregado doméstico, reconhecendo a relevância desse segmento específico na sociedade brasileira. Além disso, Santos também introduziu a categoria de "autônomo precário", que engloba trabalhadores desqualificados, sem vínculo formal de emprego e que enfrentam grandes dificuldades materiais.

Já em relação às abordagens baseadas nos esquemas de classe de Goldthorpe, que classifica a sociedade em sete classes sociais distintas (figura 3), Ribeiro (2007), considerado o principal representante dessa abordagem no Brasil (Pompeu, *et al*, 2020), utiliza o modelo Casmin, um esquema amplamente aplicado em diversos países, possibilitando assim análises e comparações internacionais. No entanto, este esquema foi desenvolvido para sociedades industriais avançadas, levando a limitações quando aplicado a sociedades com setores industriais atrasados

como é o caso da brasileira. Em sua obra, Ribeiro (2007) critica tanto a perspectiva neomarxista quanto a neweberiana por não conseguirem capturar adequadamente as variações nas relações entre os setores econômicos.

Diante dessa problemática, Ribeiro (2007) realiza adaptações ao esquema original, visando incorporar as especificidades do Brasil. Uma delas inclui dez estratos, enquanto a outra, uma versão expandida, possui dezesseis estratos sociais. É importante destacar que essas adaptações não contradizem o modelo original, possibilitando ainda a realização de comparações entre o Brasil e outros países. A figura 5 apresenta o esquema de classes do autor.

Figura 5 - Esquema de classes e suas ocupações

Classe	Ocupação
I	Profissionais e Administradores, nível alto
II	Profissionais e Administradores, nível baixo
IIIa	Não manual, nível alto
IIIb	Não manual, nível baixo
IVab	Pequenos proprietários
V-Via-VIIa2	Trabalhador manual da indústria moderna
VIb-VIIa1	Trabalhador manual da indústria tradicional
Vic-VIIa4	Trabalhador manual do setor de serviços
VIIa3	Trabalhador manual não qualificado
IVc-VIIb	Classes rurais

Fonte: adaptado de Ribeiro (2007, p. 122).

A proposta de adaptação do esquema de classes apresentada por Ribeiro (2007) expõe a mobilidade de classe entre os diferentes setores econômicos. Conforme apontado por Wright (1956), há diferenças significativas nas percepções de mundo entre trabalhadores da agricultura, indústria e serviços. No entanto, a consciência de pertencimento a uma classe possui maior potencial de desenvolvimento em ambientes industriais, nos quais os trabalhadores atuam de forma interdependente, estabelecem laços coletivos e, muitas vezes, compartilham comunidades residenciais. Em contrapartida, a formação dessa consciência é mais desafiadora para os trabalhadores do setor de serviços, pois são frequentemente influenciados por uma ideologia individualista que valoriza o empreendedorismo e a superação das dificuldades por meio do esforço individual (Wright, 1956).

Enquanto o modelo de Ribeiro (2007) possui um enfoque maior na comparação da mobilidade social brasileira com países que utilizam o modelo Casmin, Scalón (1999) possui um enfoque maior na análise da mobilidade social interna. A autora faz uma adaptação da tipologia de classe EGP (Erikson, Goldthorpe, Portocarero, 1979) que utiliza como critério principal a ocupação dos indivíduos para a separação em classes sociais distintas utilizando como banco de dados as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE). Além de buscar a capacidade de mobilidade social pelo critério de ocupação, Scalón (1999) desenvolve taxas de mobilidade social para estes diferentes estratos sociais brasileiros levando em consideração critérios como raça e gênero. A figura 6 apresenta a adaptação do modelo neweberiano por parte da autora.

Figura 6 – Ocupações classificadas em nove estratos

Estrato	Ocupação
I	Profissionais
II	Administradores
III	Proprietários empregadores
IV	Não-manual de rotina
V	Proprietários por conta própria
VI	Manual qualificado
VII	Manual não-qualificado
VIII	Empregadores rurais
IX	Trabalhadores rurais

Fonte: Scalon (1999, elaboração própria)

Percebe-se que tanto o modelo de classes neoweberiano quanto o neomarxista compartilham uma visão comum ao destacar a relevância das camadas intermediárias dentro das estruturas sociais. Essas camadas intermediárias englobam um conjunto diversificado de profissionais, incluindo gerentes, técnicos, empregados especialistas e administradores, indivíduos que possuem habilidades específicas para garantir uma qualidade de vida diferencial em relação às classes mais baixas. São justamente esses segmentos das camadas intermediárias que constituem o que é conhecido como as classes médias nas sociedades capitalistas. Essa fuga da separação simplista é um dos fatores que permitem a aplicação empírica destes modelos de classe.

Neste contexto, durante a primeira década dos anos 2000, o debate em torno do tema da classe média brasileira ultrapassou o meio acadêmico e se espalhou, por meio de discussões públicas, para as diversas mídias de comunicação presentes em nossa sociedade (Scalon, 2012). Isso ocorreu pois durante este período o Brasil apresentou taxas de considerável crescimento econômico que, em conjunto com a diminuição da desigualdade na renda, os programas de transferência de recursos, a estabilização econômica alcançada nas últimas décadas, a expansão do crédito e a situação externa favorável devido ao aumento de preços das *commodities* foram capazes de elevar a renda e o consumo de diversos domicílios no país (Barros, *et al*, 2010).

Levando esta realidade em consideração, os recentes trabalhos acadêmicos que definem as classes, exclusivamente ou em parte, com base na renda impulsionaram ainda mais esse debate, sendo o trabalho de Neri (2011), um dos mais famosos. Nele foi demonstrada a diminuição dos grupos de renda inferiores e o correlato crescimento dos grupos intermediários, a chamada “nova classe média”. Em seu trabalho, a sociedade brasileira é dividida em 4 segmentos (E, D, C, BA), sendo suas fronteiras delimitadas pela renda dos indivíduos presentes nas faixas, tomadas como referência algumas medidas, como a mediana e a linha de miséria. Assim, conforme o autor, a classe média brasileira, a faixa C, se encontraria entre a mediana e o nono decil da distribuição da população, compreendida entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos. Neste estudo, a participação da Classe C, chamada nova classe média pelo autor, passou de 45,4% para 54,2% da população.

Entretanto, como apresentado por Sobrinho (2011), o único resultado que os dados apresentados por Neri (2011) podem nos apresentar, é o de que houve, durante

esta primeira década, no Brasil, aumento da participação dos grupos de renda intermediária e não necessariamente uma mudança nas características socioeconômicas (ocupação, renda, educação, mobilidade social) que estruturam a formação das classes do ponto de vista sociológico, como observado por Wright (1985) e Goldthorpe (2007).

Portanto, o valor de uma classificação deve ser julgado pela sua utilidade como instrumento de investigação empírica dos processos de produção e reprodução da desigualdade social, e quanto mais rigorosa a classificação para a separação de diferentes segmentos sociais, maior a capacidade de observar a estrutura da mobilidade, e maior a capacidade de elaborar políticas públicas mais efetivas para a melhora do bem-estar geral da população (Santos, 2005). Nesse sentido, uma separação apenas pela renda se apresenta insuficiente, visto que os horizontes de um engenheiro no início de sua carreira e um trabalhador doméstico, ambos com os mesmos rendimentos, podem ser diferentes (Quadros, 2016).

Assim, apesar de ter sido observado uma melhora na distribuição de renda da população, levando em consideração a queda do índice de Gini de 0,596 para 0,531 entre 2001 e 2011 (IPEADATA, 2016), não podemos assumir que o Brasil estaria se tornando, ou já teria se tornado, um país de classe média como o trabalho de Neri (2011) sugere, visto que tal fato teria consequências em relação às demandas da população, seu estilo de vida, visões de mundo, aspirações, orientações políticas etc. A figura 7 salienta tais observações.

Figura 7 - Presença Relativa e Absoluta das Composições Sócio-Ocupacionais (EGP) no Brasil (2002-2009)

EGP (6 classes)	Ano de referência			
	2002		2009	
	n.	%	n.	%
Profissionais e Administradores	2835632	8,7	3461407	9
Trabalhadores não manuais de rotina	4269793	13,1	5863331	15,2
Pequenos proprietários	2986857	9,1	3024758	7,8
Trabalhadores manuais qualificados	7552212	23,1	9296971	24,1
Trabalhadores não qualificados	8621318	26,4	10410875	26,9
Rural	6402854	19,6	6594503	17,1
Total	32668666	100	38651845	100

Fonte: Scalon (2012, p.396)

A partir da observação destes dados da PNAD, pode-se perceber que não houve mudanças significativas nas classes de trabalhadores considerados da classe média pela perspectiva sociológica (profissionais e administradores; trabalhadores não manuais de rotina; e pequenos proprietários). Entretanto, mesmo não apresentando um aumento da classe média pelo ponto de vista da tipologia de ocupação, é inegável que o crescimento da renda da população brasileira, como observado pelo trabalho de Neri (2011), em conjunto com pensões, aposentadorias e outras transferências oficiais resultou em um aumento do padrão de vida geral da população (SABOIA, *et al*, 2018), visto que houve uma elevação no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,686 para 0,728 entre 2001 e 2011 (Brasil [...], [2021]).

Em suma, nas palavras de Neri (2008, p. 5), “A nossa classe C aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico” e, como apresentado nesta seção, possui pouca utilidade como instrumento de investigação empírica para a realização de políticas públicas eficientes (Santos, 2005). Em resposta à classificação apenas pelo critério de renda, será apresentada na próxima seção deste trabalho, uma proposta de definição da classe média brasileira contemporânea para utilização em análises empíricas que levam em consideração as tipologias de classes apresentadas até aqui.

4 TIPOLOGIAS DE CLASSES SOCIAIS: PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DE CLASSE MÉDIA PARA O CASO BRASILEIRO

Nesta última seção, devido às limitações de análise da mobilidade social presentes nas tipologias de classe pelo quesito renda, apresenta-se uma definição de classe média para o Brasil que leva em consideração os esquemas citados na primeira seção e suas adaptações à nossa sociedade (Santos, 2002; Scalón, 1999; Ribeiro, 2007). As diversas classificações de classe mencionadas anteriormente compartilham características semelhantes: são nominalistas, o que significa que todas elas realizam uma análise prévia, propõem um esquema de classe e, em seguida, classificam as informações empíricas dos indivíduos e do ponto de referência da família na tipologia de estrutura de classes. Além disso, essas classificações baseiam-se na estrutura ocupacional para construir seus mapas de classe e também apresentam posições que podem ter semelhanças nas diferentes tipologias propostas para o contexto brasileiro.

Deve-se destacar que tanto o modelo neomarxista quanto o neoweberiano precisam passar por ajustes para serem aplicados de maneira adequada à realidade socioeconômica do Brasil, visto que essas teorias foram inicialmente concebidas com base em contextos de países desenvolvidos, nos quais as condições socioeconômicas diferem significativamente da sociedade brasileira. Nesse sentido, é fundamental levar em consideração os trabalhadores autônomos, também conhecidos como trabalhadores por conta-própria, na definição da classe média. A consideração deste grupo é essencial para uma proposta de classe média completa e abrangente.

A categoria de autoempregados abrange uma ampla gama de ocupações que variam significativamente em termos de posição de classe; destacam-se profissionais liberais, cujas habilidades são credenciadas pela educação, os trabalhadores informais e aqueles que possuem relações de trabalho com assalariamento disfarçado (Pompeu, *et al*, 2020). No contexto brasileiro, é essencial que a definição de classe média seja flexível o suficiente para permitir comparações com outros países ao mesmo tempo que capte dimensões importantes da realidade socioeconômica brasileira que podem não ser encontradas em países desenvolvidos.

Além disso, a definição deve respeitar o critério de exclusividade, ou seja, todos os indivíduos devem estar apenas em uma única posição para garantir uma representação abrangente e precisa da estrutura social (Santos, 2002). Entretanto, quando aplicado na realidade, este critério deve ser tratado com permeabilidade, visto que uma combinação de diferentes fontes de renda e ocupações desafia a exclusividade do mapa de classes, já que o indivíduo pode ocupar mais de uma posição simultaneamente (Santos, 2002; Wright, 1997). Para mais, existem estratos superiores dentro de certas camadas do antigo proletariado que possuem ações nas próprias empresas em que trabalha. Esses estratos podem ter interesses de classe alinhados com os dos rentistas, evidenciando a complexidade das relações de classe na sociedade contemporânea (Oliveira, 2003).

Percebe-se, dentro da estrutura de classe, que é evidente a existência de interesses contraditórios. Entretanto, deve-se reconhecer que qualquer modelo teórico que tente descrever essa estrutura envolve uma simplificação da realidade. Assim, o processo de classificação dos indivíduos ou da pessoa de referência da família em situações de posições contraditórias é considerado arbitrário, o que implica em certo grau de subjetividade e falta de precisão nesse processo. No entanto, mesm mediante da arbitrariedade, é possível estabelecer critérios para a classificação na tipologia de classe social, como a renda principal, que é vista como um indicador definidor da ocupação principal e, portanto, de sua posição na tipologia.

Essas não são as únicas limitações que as tipologias de classes sociais baseadas nos esquemas neoweberianos e neomarxistas apresentam. O critério de qualificação por meio da educação não está intrinsicamente ligado à posição de classe, refletindo, na realidade, oportunidades educacionais no ciclo de vida dos indivíduos. O esquema neomarxista (Wright, 1997) considera atributos de qualificação e posição hierárquica nas organizações, adicionando dimensões ao conceito de exploração além do controle dos meios de produção.

Além disso, uma crítica evidente nos trabalhos de Erik Olin Wright e John Goldthorpe é que seus mapeamentos dos estratos sociais se baseiam em classificações de estruturas ocupacionais, não refletindo necessariamente em uma consciência de classe comum em estilo de vida, renda, orientação política e valores morais. Dessa forma, seus trabalhos não consideram os atributos culturais e simbólicos tratados pela perspectiva bourdieuana (Bourdieu, 1989), adaptadas ao Brasil por Jessé de Souza (2018).

Apesar das limitações abordadas, ambas abordagens acabam por apresentar similaridades em suas aplicações empíricas e são consideradas ferramentas importantes para compreender e analisar os fenômenos que permeiam as múltiplas dimensões das desigualdades sociais, que se refletem em fatores como renda, educação e saúde (Santos, 2002). Tal fato é crucial em uma sociedade como a brasileira, marcada por um alto grau de disparidades sociais, onde tais desigualdades tendem a se reproduzir ao longo do tempo (Neri, Soares, 2002).

Neste contexto, a distribuição desigual dos recursos produtivos reflete-se nas posições da estrutura de classe, levando em consideração o acesso a recursos, padrão de consumo e oportunidades de vida (Goldthorpe, 2007; Wright 1997). Portanto, a posição na estrutura de classe influencia significativamente a vida das pessoas, determinando não apenas as vantagens ou restrições que enfrentam na busca por igualdade de oportunidades como também configuram posições definidas na estrutura de relações técnicas de produção (Santos, 2002).

Assim, mesmo com todas as limitações discutidas anteriormente, a elaboração de uma tipologia da estrutura de classes agrega informações relevantes para a formulação de políticas públicas (Santos, 2005). O desafio é estabelecer atributos conceitualmente fundamentados e com operacionalidade empírica para a definição de classe média ao caso brasileiro, o qual aprimore as contribuições já feitas pela literatura especializada.

Então, a partir dos esquemas neomarxistas e neoweberianos aplicados ao Brasil (Santos, 2002, 2015; Scalón, 1999; Ribeiro, 2007), a definição de classe média proposta neste trabalho adota quatro atributos para classificar os indivíduos e a pessoa de referência da família: tipo de ocupação do chefe da família; grau de instrução do chefe de família; acesso a serviços públicos da residência; e bens duráveis presentes no domicílio.

O atributo tipo de ocupação leva em conta tanto os trabalhadores da *service class*, como designado por Goldthorpe (2000) e apresentados na primeira seção, como também as adaptações à situação ocupacional brasileira atual. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, os trabalhadores por conta própria – autoempregados ou autônomos, como designados por Santos (2002, 2015) - somaram 25,5 milhões no ano de 2022. Além disso, segundo Barbosa (2019) em uma pesquisa realizada pela Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação), estima-se que 420 mil novas vagas de empregos na área de TI surjam em nosso país, entre 2018 e 2024. Tais fatores destacam a necessidade de inclusão dessas ocupações neste atributo, e como mencionando anteriormente, a classificação de trabalhadores autônomos esconde situações em termos de posição de classe muito distintas, sendo considerados na definição proposta neste trabalho apenas os trabalhadores autônomos com especialização (Santos, 2015).

Já em relação aos outros atributos utilizados, leva-se em consideração o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), sendo um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares como variáveis de conforto, acesso a serviços públicos da residência e o grau de instrução do chefe da casa para diferenciar a população (Kamakura; Mazzon, 2016). A regra de classificação separa a população do Brasil a partir de sua pontuação no critério em seis estratos socioeconômicos denominados A, B1, B2, C1, C2 e DE como observado na figura 8 a seguir.

Figura 8 – Critério de Classificação Econômica Brasil

Variáveis					
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	0	3	7	10	14
Trabalhadores domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer	0	2	4	6	6
Lava roupa	0	2	4	6	6
DVD	0	1	3	4	6
Micro-ondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora roupa	0	2	2	2	2
Serviços Públicos					
			Não	Sim	
Água encanada			0	4	
Rua pavimentada			0	2	

Grau de instrução do chefe da família	
Analfabeto / Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo / Médio incompleto	2
Médio completo / Superior incompleto	4
Superior completo	7

Classe	Pontos
1 – A	45 – 100
2 - B1	38 – 44
3 - B2	29 – 37
4 - C1	23 - 28
5 - C2	17 – 22
6 - DE	0 – 16

Fonte: Adaptado de ABEP (2022).

O atributo grau de instrução do chefe da família reflete a capacitação e qualificação do indivíduo, sendo tal fator relacionado aos níveis educacionais. Entretanto, enquanto algumas profissões requerem educação formal, outras

capacitações para ocupações, como na tecnologia da informação (TI), podem ser adquiridas no trabalho ou em cursos técnicos (Pompeu, *et al*, 2020). No entanto, o nível de educação pode limitar a progressão na carreira em certas ocupações de TI, mesmo que as habilidades sejam adquiridas fora do sistema formal de ensino (Schereder; Oliveira, 2020).

Já em relação ao atributo de serviços públicos, leva-se em consideração que as populações mais abastadas geralmente têm acesso privilegiado a esses serviços devido ao seu maior poder aquisitivo e influência social (Chan; Goldthorpe, 2007). Além disso, tratando-se dos bens de conforto, é possível dividi-los entre aqueles que poupam tempo em tarefas diárias, e aqueles que melhoram a qualidade de vida através do entretenimento dos habitantes do domicílio (Durand, 2005). Nesse contexto, o consumo de bens de conforto envolve não apenas a satisfação de necessidades materiais, mas também desempenha um papel importante na construção e demonstração de identidade social dos indivíduos. Assim, segundo Yaccoub (2011, p. 202), “através da aquisição de determinados objetos, esses indivíduos se sentiam incluídos, poderosos, pois através do consumo conquistavam status, valor simbólico, prestígio”.

Assim, tomando como base as tipologias de classe abordadas neste trabalho e as características domiciliares presentes no CCEB, a figura 9 a seguir apresenta a proposta de definição para a classe média brasileira deste trabalho.

Figura 9 – Proposta de definição de classe média brasileira

Tipo de Ocupação	Pontuação Mínima no Critério Brasil
<p style="text-align: center;">Trabalhador(a) da Área de Serviços</p> <p style="text-align: center;">-</p> <p style="text-align: center;">(gerentes, supervisores, administradores, vendedores, trabalhadores de escritório, ou seja, trabalhadores da <i>service class</i>, como designado por Goldthorpe (2000))</p> <p>+ Autoempregados Especializados</p> <p>+ Trabalhadores de TI</p>	<p style="text-align: center;">23 pontos</p> <p style="text-align: center;">-</p> <p>Educação a partir de ensino médio completo (4 pontos)</p> <p>+ Serviços públicos na residência (6 pontos) levando em consideração acesso a água encanada e rua pavimentada)</p> <p>+ Maioria absoluta da pontuação de Bens de conforto (13 pontos) no critério Brasil levando em consideração uma unidade de cada bem)</p>

Fonte: Elaboração própria.

A proposta apresentada na figura 9 não incorpora os estudantes e aposentados. Tal fato é comum em trabalhos que tratam da classificação de estratos sociais, visto que os estudantes podem ser considerados uma pré-classe social, já que este segmento da população não está inserido em relações de produção (Pompeu, *et al*, 2020). Este estrato conta como uma etapa de uma trajetória de posição na estrutura de classes sociais que irão pertencer no futuro, enquanto os indivíduos aposentados podem ser entendidos como parte da trajetória de posição de classe que integraram em seu período ativo (Pompeu, *et al*, 2020).

Em relação à pontuação mínima, a conclusão do ensino médio pode ser considerada o alicerce educacional essencial para ingressar no setor de serviços, proporcionando aos indivíduos as competências fundamentais necessárias para

enfrentar os desafios e oportunidades desse campo profissional. Além disso, como mencionado anteriormente, o acesso aos serviços públicos pode ser visto como característica dos segmentos mais abastados (Chan; Goldthorpe, 2007). Neste contexto, considera-se a maioria absoluta dos bens de conforto como ponto a partir do qual a aquisição de um item adicional deixa de ser um evento notável, sendo a obtenção de tal bem uma situação comum na vida dos habitantes do domicílio.

Por fim, sendo este o ponto mínimo apresentado, qual seria o momento no qual este segmento social deixa de ser considerado classe média? Como observado por Wright (1998), a classe média é uma categoria de classe distinta tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora, possuindo características de ambos estratos. Assim, a partir do momento que a fonte de renda principal do líder da residência deixa de ter como origem sua ocupação na área de serviços, seus interesses de classe podem se afastar dos outros indivíduos do mesmo estrato de trabalho, afastando-se assim da classe média (Oliveira, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este artigo abordou a análise das características de tipologias de classes sociais, na busca de uma definição de classe média abrangente. A pesquisa empreendeu uma revisão bibliográfica extensa, com ênfase nas perspectivas e critérios utilizados pelas escolas neomarxistas e neoweberianas. Assim, diante das limitações e inconsistências em métodos de estratificação social que focam apenas na renda dos indivíduos, este estudo propôs uma definição da classe média que abarcasse outras dimensões relevantes, como ocupação, educação, acesso a serviços básicos e posse de bens.

A proposta aqui apresentada deriva diretamente das tipologias de classes sociais presentes nos trabalhos de Santos (2002; 2015), Ribeiro (2007) e Scalon (1999). Acredita-se que a definição abordada aqui mostra vantagens em relação a trabalhos que abordam apenas o critério renda em suas classificações, por salientar a importância dos aspectos socioeconômicos dos agentes inseridos em nossa sociedade. Trabalhos posteriores podem utilizar o sistema de questionário do Critério Brasil (ABEP, 2022) para dar dimensão empírica à definição aqui apresentada, e assim, contribuir para a mensuração deste estrato social e à realização de políticas públicas com maior efetividade.

Neste contexto, espera-se que a proposta apresentada neste estudo contribua para futuros trabalhos nas áreas de economia política e economia do setor público, visto que a falta de consenso sobre critérios e delimitações pode prejudicar a implementação de medidas efetivas para a promoção do desenvolvimento social e econômico do país (Santos, 2005). Dessa forma, considerando múltiplas variáveis além da renda, a proposta procura refletir de forma mais abrangente a complexidade e diversidade dessa camada média da sociedade, possibilitando a elaboração de intervenções mais adequadas e inclusivas.

Por fim, espera-se que este estudo sirva como um ponto de partida para a construção de uma visão mais completa da classe média brasileira e auxilie na elaboração de estratégias que promovam um desenvolvimento sustentável e equitativo, contribuindo para o avanço social e econômico do país. Assim, incentiva-se a continuidade de pesquisas nessa área, buscando sempre aprimorar a compreensão das dinâmicas sociais e suas implicações na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP. **Critério de classificação econômica Brasil**. Cidade, 2022. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BARBOSA, L. **Em um país com desemprego de 13%, sobram vagas na área de tecnologia - Brasscom**. 2019. Disponível em: <https://brasscom.org.br/em-um-pais-com-desemprego-de-13-sobram-vagas-na-area-de-tecnologia>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BARROS, R. et al. **Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil** [Texto para discussão, TP1460]. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2572/1/TD_1460.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Medita%C3%A7%C3%B5es-pascalianas.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL: Índice de Desenvolvimento Humano. Countryeconomy.com, [2021]. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/brasil>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, p. 673-703, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030005>. Acesso em: 9 ago. 2023.

CHAN, Tak Wing; GOLDTHORPE, John H. Class and status: The conceptual distinction and its empirical relevance. **American Sociological Review**, United States, v. 72, n. 4, p. 512-532, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25472477>. Acesso em: 9 ago. 2023.

DURAND, José Carlos Garcia; RODRIGUES, Eliana Monteiro. **Evolução do conforto doméstico no estado de S. Paulo, 1980-2002**: análise quantitativa. [S. l.: s.n.], 2005.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H. **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Oxford University Press, 1992.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H.; PORTOCARERO, Lucienne. **Intergenerational class mobility in three Western European societies**: England, France and Sweden. *The British Journal of Sociology*, United Kingdom, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/589632>. Acesso em: 9 ago. 2023.

EVANS, G.; MILLS, C. **A Latent Class Analysis of the Criterion-Related and Construct Validity of the Goldthorpe Class Schema**. *European Sociological*

Review, v. 14, n. 1, p. 87–106, 1 mar. 1998. Disponível em:
<https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.esr.a018229>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GOLDTHORPE, John H. "Social Class and the Differentiation of Employment Contracts". In: GOLDTHORPE, J. ***On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory***. Oxford University Press, 2000.

GOLDTHORPE, John H. **On Sociology. / 2, Illustration and retrospect**. Stanford (Calif.): Stanford University Press, 2007.

GROHMANN, Rafael. O conceito de classe social no marxismo: correntes e atualidade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [S. l.], v. 14, n. 105, p. 3-18, 2013.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2009.01246.x>. Acesso em: 9 ago. 2023.

IPEADATA. **Renda - desigualdade - coeficiente de Gini**. 2016. Disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>. Acesso em: 30 jul. 2023.

KAMAKURA, W.; MAZZON, J. A. Socioeconomic stratification criteria and classification tools in Brazil. **RAE - Revista de Administracao de Empresas**, [S. l.], v. 56, n. 1, p. 55–70, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/59351>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: edição condensada. São Paulo: Edipro, 2019

MAZZON, José Afonso; KAMAKURA, Wagner A. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil**. [S. l.]: Editora Blucher, 2016.

MEDEIROS, M. O que faz os ricos? São Paulo: Editora Hucitec, 2005

MILLS, C. Wright. **White collar**: The American middle classes. Oxford: Oxford University Press, 2002.

NERI, Marcelo Cortes. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais/FGV, 2008.

NERI, Marcelo; SOARES, Wagner. Desigualdade social e saúde no Brasil. **Cadernos de saúde pública**, [S. l.], v. 18, p. S77-S87, 2002. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700009>. Acesso em: 9 ago. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial. Acesso em: 9 ago. 2023.

POMPEU, João Cláudio *et al.* **Tipologias de estrutura de classe no Brasil**: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas.

[S. l.: s.n.], 25 set. 2020. (Texto para Discussão, 2592). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/td2592>. Acesso em: 9 ago. 2023.

POULANTZAS, Nicos. On social classes. **New Left Review**, [S. i.], n. 78, p. 27, 1973. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/i78/articles/nicos-poulantzas-on-social-classes.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

QUADROS, W. **A evolução da estrutura social brasileira**. Campinas: IE/Unicamp, nov. 2008. (Texto para Discussão, n. 147). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1777/texto147.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

QUADROS, W. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 109–135, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643077>. Acesso em: 9 ago. 2023.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Mobilidade e estrutura de classes no Brasil contemporâneo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, p. 178-217, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-016003711>. Acesso em: 9 ago. 2023.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2007.

SABOIA, João; HALLAK NETO, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, p. 265-285, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n1art9>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de status social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, p. 749-772, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030008>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 20, p. 27-45, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000200002>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e estado**, Brasília, v. 27, p. 387-407, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200009>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SCALON, Maria Celi. Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 337-375, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581998000200003>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SCALON, Maria Celi. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

SCHEREDER, Byanca Neves; MATOS, Hellen Carmo de Oliveira. **Atuação dos profissionais na área de TI**. Anais do Simpósio de Tecnologia da Informação e da Semana de Iniciação Científica do Curso de Sistemas de Informação (ISSN em fase de registro), p. 1–12, 2020. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/sti_sic/article/view/15268. Acesso em: 9 ago. 2023

SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier. A “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média?. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, 2011.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ~~lutas~~ sua realidade. Rio De Janeiro: Estação Brasil, 2018.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 2009. v. 2

WRIGHT, Erik Olin (ed.). **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <https://www.aacademica.org/erik.olin.wright/47>. Acesso em: 9 ago. 2023.

WRIGHT, Erik Olin. **Class counts**: Comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge university press, 1997.

WRIGHT, Erik Olin. **Classes**. London: Verso, 1985.

WRIGHT, Erik Olin. **The debate on classes**. London; New York: Verso, 1998.

YACCOUB, Hilaine. A chamada "nova classe média": cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 17, p. 197-231, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832011000200009>. Acesso em 9 ago. 2023.